

UM "OMBUDSMAN" PARA O BRASIL?

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Já quase no final do ano de 1992, o ministro da Previdência Social de então, Antônio Britto, apresentou ao governo um anteprojeto de lei instituindo o **ombudsman** da Previdência Social. O nome do titular do cargo seria "Ouvidor-Geral da Previdência Social". A Ouvidoria integraria o Ministério da Previdência e teria como principal papel receber de qualquer pessoa (física ou jurídica) representações a respeito de irregularidades dos serviços previdenciários, cuidando de sua apuração e responsabilidade. Não se tem mais notícia do anteprojeto. É pena, pois o instituto proposto, se revestisse da seriedade de seu símile nórdico, poderia inegavelmente trazer bons resultados para nossos descabros previdenciários, que, como é sabido, não estão presos só aos maus serviços prestados ou deixados de ser prestados.

Outra área que necessita com urgência de um **ombudsman** específico, como o da Previdência, é a Saúde. Temos visto pela televisão a quanto anda a saúde no Brasil. A propósito de "saúde pública", na Grã-Bretanha já existe, há muito, os **commissioners** que se dedicam exclusivamente ao campo da saúde pública (**National Health Service**), onde o ombudsman-geral (**Parliamentary Commissioner for Administration**) não tem acesso.

Depois da experiência mundial do **ombudsman**, introduzido em países não-nórdicos e nos mais diversos, como Portugal (Provedor de Justiça), França (**Médiateur**), Alemanha (**Wehrbeauftragter des Bundestages**), Espanha (**Defensor Del Pueblo**), Israel (**State Comptroller**) e em Regiões da Índia (**Lokayuta**) e Itália (**Defensore Cívico**), por que não pensarmos em criar nosso **ombudsman**-geral e nossos **ombudsman** específicos?

Ainda que o instituto do ombudsman possa ter suas raízes históricas em Roma (**Tribunus Plebis**), o fato é que no ano de 1809 ele apareceu na Lei Fundamental do Reino da Suécia. Ninguém sabe bem "quem" propôs a criação do instituto, nem "como" foi proposto. Só se sabe "porque" foi proposto: fiscalizar o poder público em geral, sobretudo no que se refere ao cumprimento das leis.

O **ombudsman** é escolhido pelo Parlamento (**Riksdag**) por um período de 4 anos, com possibilidade de reeleições.

Anualmente, no princípio de cada sessão, uma Comissão do Parlamento examina suas atividades e omissões. Quase sempre, o **ombudsman** é recrutado entre juízes.

Cada ano os casos mais importantes são publicados em livro, que é enviado para os órgãos administrativos, cortes e corpos legislativos. As repartições de um modo geral, e sobretudo o Poder Judiciário, se preocupam muito em não ter seus "casos" relatados pelo **ombudsman**.

Algumas áreas se acham excluídas da intromissão do **ombudsman**. É o que se dá, por exemplo, com os membros do governo (ministros), que formalmente não têm poder decisório próprio. Também o **Justitiekansler** fica fora de seu alcance. Os juízes da Suprema Corte ou da Suprema Corte Administrativa também não têm suas decisões fiscalizadas pelo **ombudsman**, salvo se tratar de ilícitas penais de natureza grave. Já os juízes inferiores, como o funcionalismo público civil em geral (existe um **militieombudsman** para assuntos militares) estão sempre sujeitos à sua fiscalização. Vez por outra, o **ombudsman** comparece com seus assessores perante um determinado órgão judicial e, aleatoriamente, sorteia alguns processos para exame. A propósito, há um caso interessante, que vale a pena ser contado, pois para nós, de formação jurídica romano-germânica, não deixa de ser inusitado e desconcertante: uma empregada doméstica alemã, de 16 anos de idade e que não falava sueco, foi acusada (confessou) de furtar pequenos objetos

de sua patroa. A lei sueca da época permitia ao juiz (distrital), em crimes de menor potencial ofensivo, dispensar a nomeação de advogado dativo para a defesa. A mocinha foi apertada a dois meses de trabalho supervisionado e posterior expulsão do país. O **ombudsman**, ao examinar o caso, entendeu que o juiz, embora tenha agido formalmente de acordo com a norma, fugiu a seu espírito: deveria ler nomeado advogado de defesa, sobretudo tendo em conta a gravidade das penas aplicadas. Com isso, o juiz foi processado pela sua má interpretação da lei.

De quando em vez, o **ombudsman** se contenta em officiar á repartição pública, dando-lhe noticia da irregularidade. Foi o que se deu, por exemplo, com o diretor de um estabelecimento carcerário. A lei sueca permite que o preso possa adquirir jornais, revistas ou livros para ler nas horas de lazer. Por outro lado, portarias do estabelecimento prisional dão ao diretor o poder de vedar tal lazer com o fito disciplinar. Pois bem, num desses presídios, o diretor proibiu a aquisição de uma determinada revista semanal. Tal fato chegou aos ouvidos do **ombudsman**. Interpelado, o diretor justificou que a revista habitualmente trazia reportagens sobre as condições das cadeias públicas, provocando inquietação e até mesmo rebeliões por parte dos encarcerados. Daí a proibição. O *ombudsman* não se deu por satisfeito. Oficiou ao Conselho Penitenciário Nacional, que respondeu estar o diretor do presídio agindo Discricionariamente, tal como dispunha a lei. Não satisfeito, o ombudsman voltou ao Conselho Penitenciário Nacional, asseverando que em muitas prisões os presos podiam livremente comprar a revista proibida. O caso exigia igual tratamento. Resultado: o Conselho baixou um ato normativo, permitindo a todos os internos a aquisição do polêmico magazine.

A evidência, o **ombudsman** não pode mudar as decisões da administração ou dos tribunais judiciais, mas tem o poder/dever de peticionar ao governo, ao parlamento e aos órgãos públicos autônomos para que eles procurem reparar as deficiências das leis, de acordo com o interesse público. Por último, convém ressaltar que o povo sueco muito

exige e muito espera de seu **justitieombuds man**. Não é incomum ver-se nos jornais cabeçalhos como este: "O **ombudsman** está dormindo? Tudo isso mostra a importância do instituto no dia-a-dia do povo sueco. Não é hora de também pensarmos em nosso **ombudsman**?